

---

# *O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas\**

---

*Cláudia Maria Ribeiro Viscardi \*\**

**Resumo:** O presente texto tem por objetivo refletir sobre a historiografia produzida sobre o mutualismo no Brasil, ao longo dos últimos vinte anos. Em primeiro lugar realiza um levantamento sumário da produção existente. Em seguida, aborda as fontes primárias que vem sendo mais utilizadas pelos pesquisadores. Por fim, faz uma reflexão sobre algumas abordagens através das quais o fenômeno vem sendo tratado pela historiografia.

**Palavras-chave:** mutualismo – historiografia - trabalho

**Abstract:** This paper has as its main purpose to discuss about the historiography produced in Brazil about the friendly societies movement, through the last twenty years. Firstly, we intend to present a small survey about the researches that were produced. Secondly we try to analyze the main empirical sources used by the researchers. Finally, we reflect about some approaches chosen by the historians to deal with the friendly society's phenomenon.

**Key-words:** mutualism – historiography - labor

Sabe-se que a historiografia brasileira tem sido intensamente renovada por meio da proliferação de programas de pós-graduação *stricto-sensu* no país. A descentralização das pesquisas, até então concentradas no eixo Sul-Sudeste, permitiu a expansão da produção acadêmica pelas várias regiões brasileiras. O acesso de jovens pesquisadores à fontes, até então intocadas, tem provocado importantes revisões historiográficas. A extensão de resultados de pesquisa obtidos em regiões específicas para todo o território nacional constituía-se em generalização inaceitável, dadas as inumeráveis diversidades que compõem um país de dimensão continental, como é o caso do Brasil. Este panorama foi, parcialmente, mudado, gerando, assim, um destacado ganho para o conjunto da historiografia nacional.

Como ainda existe uma concentração de programas de doutorado, no eixo Sul-Sudeste, a historiografia brasileira ainda apresenta muita homogeneidade no que

---

\* Este texto é um dos resultados de pesquisa financiada pelo CNPq e pela FAPEMIG.

\*\* Doutora em História Social pela UFRJ. Professora do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Pesquisadora do CNPq e do Programa do Pesquisador Mineiro (PPM/FAPEMIG).

tange ao diálogo com as escolas historiográficas mais destacadas internacionalmente. Referimo-nos, especialmente, à escola francesa dos *Annales*, à historiografia social inglesa e, mais recentemente, à micro-história italiana. Apesar das diversidades regionais, a escolha de objetos, o tratamento das fontes, o diálogo com os historiadores e o uso de alguns conceitos têm sido muito semelhante entre as várias produções existentes.

O fortalecimento progressivo da Associação Nacional dos Historiadores (ANPUH), entidade que teve êxito no estabelecimento de algumas redes nacionais de pesquisa, propiciou a agregação de pesquisadores de várias regiões do país, promovendo um intercâmbio de resultados indispensável à produção acadêmica de qualidade. Entre essas redes, é imperioso destacar o papel dos historiadores que se dedicam ao estudo dos “mundos do trabalho”.

Se observarmos as mudanças ocorridas ao longo dos últimos vinte anos, seremos muito surpreendidos tanto no que se refere ao aumento do número de dissertações e de teses defendidas, quanto na diversidade de objetos e de fontes pesquisados. O resultado não poderia ser outro. No que tange à historiografia existente acerca dos trabalhadores brasileiros, inúmeras releituras foram produzidas.

Não objetivamos, neste artigo, analisar tais mudanças, muito embora esse levantamento analítico seja, vez por outra, necessário<sup>1</sup>. No bojo das mais recentes preocupações historiográficas e institucionais, interessa-nos, neste momento, prestar uma contribuição aos jovens estudiosos que se interessam pelo estudo do mutualismo, o qual experimenta renovações. Pretendemos discutir como o tema vem sendo tratado pela historiografia brasileira. Isto é, quais fontes primárias têm sido mais utilizadas, com quais paradigmas conceituais os estudiosos da temática têm dialogado e quais influências os mesmos têm recebido. Acreditamos que textos como este são sempre necessários aos que iniciam a pesquisa acadêmica.

O artigo encontra-se dividido em três partes. A primeira consiste em um levantamento quantitativo das produções sobre o mutualismo. Para tanto, foram feitas pesquisas nas páginas dos programas de pós-graduação em História, na base Lattes e em sítios virtuais. Embora existam trabalhos sobre o mutualismo em áreas afins à História, o objetivo era fazer um levantamento do estado da arte entre os historiadores. Além de teses e de dissertações, também foram incluídos artigos publicados em revistas e em anais, capítulos e livros. No caso de teses e de dissertações publicadas em formato de livros, demos preferência a listá-las como

---

<sup>1</sup> Entre os vários levantamentos produzidos destacamos: BATALHA, Cláudio H. M. Os desafios atuais da História do trabalho. *Revista Anos 90*. Porto Alegre: [s.e.], Vol. 13, nsº. 23-24, pp. 87/104 [s.m.], 2006.; PETERSEN, Sílvia R. F. Levantamento da produção bibliográfica e de outros resultados de investigação sobre a história operária e o trabalho urbano fora do eixo Rio-São Paulo. *Cadernos AEL: trabalhadores e direitos*. Campinas: [s.e.], Vol. 14, nº 26, pp. 255/345 [s.m.], 2009.

livros<sup>2</sup>. Não foram incluídos autores que não tivessem, no mínimo, o título de mestre, quando da produção do resultado.

A segunda parte consiste de reflexões sobre as fontes primárias que são, continuamente, utilizadas para o estudo do mutualismo no Brasil. Para compô-la, valemos-nos da análise sobre os textos produzidos, voltando-nos, especificamente, para as fontes escolhidas pelos variados autores.

A terceira parte consiste na análise do uso de algumas categorias conceituais e/ou analíticas predominantes, seguidas de sua problematização. Nesse espaço, buscamos perceber como o fenômeno mutualista tem sido interpretado no Brasil. Estivemos especialmente atentos à preocupação dos autores e com os impactos das experiências sobre a sociedade civil brasileira.

Talvez seja ainda cedo para uma reflexão sobre a historiografia mutualista no país, uma vez que o tema ainda se encontra insuficientemente estudado, sobretudo em regiões fora do eixo Sul-Sudeste. Não obstante, acreditamos existe um volume razoável de publicações e que a reflexão sobre as mesmas pode contribuir para o avanço das pesquisas futuras.

## ***O ESTUDO DO MUTUALISMO NO BRASIL***

Toda vez que nos propomos a fazer um levantamento da produção historiográfica sobre algum tema, corremos um sério risco: o de cometer omissões. Por essa razão, antecipadamente, desculpamos-nos pelas eventuais lacunas que possam aparecer. Elas derivam, sobretudo, do desconhecimento ou da impossibilidade de abarcar todo o volume da produção existente e, não, da falta de qualidade dos trabalhos omitidos.

O levantamento que fizemos, portanto, limita-se a dados quantitativos. Devido ao surpreendente volume de trabalhos encontrados e às diferentes alternativas escolhidas pelos autores para divulgá-los, uma análise qualitativa ficou inviabilizada. O arrolamento da produção incluiu cinquenta trabalhos produzidos entre 1975 e 2009<sup>3</sup>. Abaixo, podemos observar uma tabela, dividida por décadas, com a produção:

---

<sup>2</sup> Em alguns casos, tanto nos de teses como nos de livros, foram incluídos todos os estudos que dedicaram, pelo menos, um capítulo ao tema do mutualismo, muito embora pudessem tratar de temas mais amplos.

<sup>3</sup> Ver, ao final do artigo, o levantamento completo que fundamentou esta análise quantitativa.

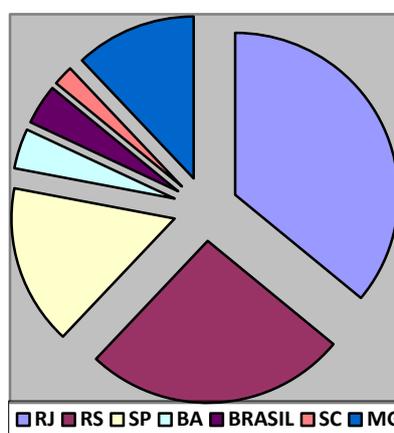
### Quadro cronológico das produções por modalidades

PERÍODOS	Artigos <sup>4</sup>	Capítulos e livros	Teses e dissertações	PRODUÇÃO TOTAL
1970-1980	1	0	1	2
1981-1990	0	1	1	2
1991-2000	8	3	0	11
2001-2010	20	10	5	35
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>14</b>	<b>7</b>	<b>50</b>

Como pode ser observado, os resultados das pesquisas foram publicados, majoritariamente, sob a forma de artigos, sendo 17 deles em periódicos indexados com conselho editorial e 12 publicados em anais de eventos científicos no Brasil e no exterior.

Destacamos outro dado; a produção historiográfica, bastante tímida até 1990, teve considerável crescimento nas duas últimas décadas. Em especial, a partir de 2001, a produção cresceu mais de 218%, o que atesta que o tema mutualismo tem sido objeto de crescente interesse no Brasil. É, igualmente, importante destacar que essa produção ainda se encontra, majoritariamente, concentrada no eixo Sul-Sudeste, tanto no que diz respeito aos instrumentos de divulgação dos resultados de pesquisa, quanto nas experiências mutualistas estudadas. No que diz respeito a esse segundo aspecto, tal concentração pode ser observada no gráfico abaixo:

**Gráfico da produção por estado<sup>5</sup>**



Observamos que há uma concentração de trabalhos sobre o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, seguidos de estudos sobre São Paulo e Minas Gerais. Em relação ao Nordeste, só há pesquisas sobre a Bahia. Para as demais regiões, não foram encontradas publicações. Não só o número de trabalhos é grande, como os autores variam muito. No conjunto, há o total de 16 pesquisadores. Em que pese nossa opção

<sup>4</sup> Neste item, foram incluídos artigos publicados em periódicos e em anais de eventos científicos.

<sup>5</sup> Além dos estados referenciados, foram encontrados trabalhos acerca do mutualismo, no país, como um todo. Essa produção está demonstrada por meio da palavra "Brasil"..

de não incluir o trabalho de graduados e de graduandos – o que tornaria este levantamento muito mais extenso e provisório, uma vez que os resultados dessas modalidades são ainda parciais –, percebemos um volume muito grande de jovens estudiosos do tema, o que aponta para uma perspectiva de crescimento ainda maior da produção sobre o mutualismo brasileiro na próxima década.

Diante desse quadro, é imperioso destacar a necessidade de que sejam realizadas pesquisas acerca de outras regiões brasileiras. Observamos também que a maioria das produções refere-se às capitais ou aos polos urbanos dos estados citados. A regionalização/interiorização dos estudos poderá contribuir, positivamente, com a mudança desse quadro.

### **AS FONTES**

O conjunto de trabalhos produzidos sobre as experiências mutualistas brasileiras revela uma homogeneidade no uso das fontes. Em geral, ocorrem três situações distintas: ou o historiador encontra disponível um conjunto documental completo acerca de uma ou mais mutuais; ou ele se defronta com a total ausência de conjuntos documentais completos, o que o leva à buscar fontes alternativas sobre o fenômeno; ou ele dispõe, ao mesmo tempo, das duas alternativas anteriores, mas com poucos conjuntos documentais completos.

Na primeira situação, por si só privilegiada, o pesquisador tem acesso aos estatutos, às atas de reuniões, às fichas de sócios, aos relatórios financeiros, às correspondências e, excepcionalmente, ao material iconográfico. Essa profusão de fontes permite uma análise verticalizada sobre a documentação, capaz de oferecer uma análise qualitativa sobre uma trajetória completa de uma mutual. Tais fontes, muito embora não propiciem resultados que possam ser generalizados, oferecem uma visão mais ampla acerca do que foi o fenômeno e de sua importância para os contemporâneos.

A segunda situação, embora desanimadora, é possível de ser encontrada. Em geral, os pesquisadores do mutualismo ressentem-se com a perda da documentação produzida pelas próprias associações. Nesse caso, a imprensa tem se revelado como um importante arsenal de informações. Nos Diários Oficiais de alguns estados, é possível encontrar estatutos ou parte de estatutos. Na imprensa ordinária, encontramos referências às festividades promovidas pelas mutuais e às convocações para suas assembleias gerais. É comum também terem sido veiculados, pela imprensa, conflitos ocorridos no seio das mutuais. Tais notícias, embora não ofereçam material informativo muito relevante, servem, pelo menos, para atestar a existência da mutual naquele momento da publicação.

A terceira situação é a mais comum de ser encontrada, mas, em geral, provoca dificuldades adicionais para o pesquisador. Nesse caso, o historiador dispõe de referências pouco detalhadas sobre a existência de um conjunto amplo de associações, mas, só encontra uma documentação mais completa sobre poucas delas. Assim, o historiador precisa estar atento para não tornar gerais as particularidades encontradas em associações específicas, sobre as quais se dispõe de um grande volume de informação.

Em algumas cidades, sobretudo as mais urbanizadas, os almanaques subsidiam os pesquisadores com informações sobre as mutuais, muitas vezes, através da divulgação de listagens das associações existentes naquelas cidades, na ocasião. Em geral, tais informações servem apenas para o mapeamento das mutuais, no que diz respeito ao seu número, ao número de sócios e às datas de sua fundação.

Os relatórios de presidentes de província/estados, disponíveis virtualmente, podem, eventualmente, fazer referências às mutuais, sobretudo quando tratam dos socorros públicos. Mas, tais informações são, em geral, bastante pontuais por estarem sintetizadas<sup>6</sup>. Outras fontes, igualmente de caráter oficial, que fazem referência ao mutualismo, podem ser encontradas, nos arquivos administrativos de prefeituras e de assembleias legislativas. Esses arquivos reúnem correspondências e requerimentos endereçados pelas mutuais aos gestores públicos, com o fim de se obter algum favor ou de reclamar o cumprimento de algum direito. Tais correspondências – ativas e passivas – ilustram bem as relações estabelecidas entre o ente público e as organizações privadas.

Em algumas cidades podemos encontrar também referências às mutuais na documentação policial. Muito embora fosse previsto que as polícias deveriam cuidar apenas dos registros de associações de lazer e de esporte, a exemplo dos clubes carnavalescos, em Minas Gerais, há registros e referências a algumas mutuais nesse tipo de documentação.

No caso das mutuais étnicas, encontramos menções a elas em consulados, em embaixadas e nas demais instituições estrangeiras no país. Algum material também pode ser obtido na documentação do Ministério das Relações Exteriores. Como algumas dessas mutuais permanecem em funcionamento até hoje, é possível encontrar, sob sua guarda, um material informativo de grande valia para o historiador.

Quando disponíveis, os levantamentos do fenômeno, feitos sob encomenda, auxiliam muito no dimensionamento das experiências associativas. Como um meio de subsidiar a gestão pública, alguns de seus responsáveis solicitavam levantamentos sobre o número de associações existentes em determinados municípios.

---

<sup>6</sup> Para acessar tais relatórios, cf: Disponíveis em <<http://www.crl.edu/brazil>>.

Desconhecemos a existência de tal prática fora da capital federal. Mas no caso do Rio de Janeiro, existem, pelo menos, três levantamentos<sup>7</sup> acerca das associações responsáveis pelo oferecimento de socorros públicos, destacando-se, entre elas, as mutuais. Esse material, na maioria das vezes, consiste apenas no arrolamento das associações, com sua respectiva data de fundação e, eventualmente, especificam seu patrimônio financeiro. Sobre esse material, é possível construir levantamentos quantitativos que auxiliam a identificar o número de sócios por mutual, sua situação financeira, seu número por modalidade, o volume de socorros oferecidos, entre outras informações.

Dependendo do período cronológico escolhido, os censos, apesar de tratar de dados, exclusivamente, numéricos, servem como um importante subsídio para o dimensionamento do fenômeno.

Há também que se destacar a documentação cartorial. A partir de 1893 as mutuais tinham que se registrar em cartórios civis, o que permite seus estatutos em formato completo. Convém destacar, no entanto, que os estatutos são documentos pouco ilustrativos do cotidiano das mutuais. Em geral, eram copiados de outros, com ligeiras adaptações, o que resultou em textos pouco diferenciados entre si. A despeito de tais limitações, ainda são as fontes que mais oferecem subsídios. A leitura e a análise dos estatutos informam quando a associação foi fundada, que fins desejava alcançar, quais os indivíduos que seriam incluídos como sócios e quais seriam impedidos de participar, como eram os mecanismos de deliberação interna e como se estruturava hierarquicamente, entre outros. É importante destacar que, embora tais informações pareçam muitas e sejam, de fato, relevantes, a sua repetição, em vários estatutos, acaba ilustrando pouco sobre o funcionamento real das associações.

Para o caso do Rio de Janeiro, como Corte do Império do Brasil, a documentação do Conselho de Estado tem embasado numerosos trabalhos produzidos sobre o tema<sup>8</sup>. A documentação foi formada a partir da lei 1.083 e do decreto 2.711, ambos de 1860, que exigiam que toda mutual, antes de ser criada, tivesse seus estatutos analisados pelo referido órgão. Caberia a ele autorizar ou não o

---

<sup>7</sup> São eles: PAIVA, Ataulfo N. *Justiça e assistência: os novos horizontes*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1916.; ROSA, Ferreira da. *Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Edição Oficial da Prefeitura, 1905.; GUIMARÃES, Joaquim da S. M. *Instituições de previdência fundadas no Rio de Janeiro*. Tipografia Nacional, 1883. Esses levantamentos estão disponíveis na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

<sup>8</sup> BATALHA, Claudio H. M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL*. Campinas: [s.e.], Vol. 6, nº. 10-11, pp. 41/66, [s.m.], 1999.; JESUS, Ronaldo P. de. História e historiografia do fenômeno associativo no Brasil monárquico (1860-1887). In: ALMEIDA, Carla M. C. de; OLIVEIRA, Mônica R. de. *Nomes e números: alternativas metodológicas para a História Econômica e Social*. Juiz de Fora: EdUFJF, 2006.; VISCARDI, Cláudia M. R. Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880). *Topoi. Revista de História*. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 7 Letras, Vol. 9, nº 16, 2008, pp. 117-36. A documentação do Conselho de Estado encontra-se disponível no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro.

funcionamento de uma associação. Tal exigência durou apenas vinte e dois anos, mas o material produzido foi muito volumoso<sup>9</sup>. Ele é composto de atas de fundação, de estatutos de associações, de pareceres dos conselheiros e, em alguns casos, de correspondências trocadas entre as associações e a Secretaria de Negócios do Conselho de Estado. Essa documentação, além de propiciar uma noção – mesmo que aproximada – do volume de associações criadas na capital nacional, de como se organizavam estatutariamente e de quantos sócios tinham, no momento de sua fundação, permite também que se tenha acesso à visão que parte importante de elite política imperial possuía acerca do fenômeno. Por exemplo, quais eram as expectativas que tinham em relação ao papel a ser cumprido pelas mutuais ou quais valores defendiam e de que forma esses valores eram ou não compartilhados pelos líderes das organizações.

Para associações que se mantiveram funcionando até os dias de hoje, temos a possibilidade de recorrer à memória de seus antigos líderes através do uso da História Oral. Apesar de tal procedimento não ser comum na historiografia produzida acerca do tema, acreditamos que seu uso possa tornar-se um instrumento valioso nas mãos do historiador. Através da reconstrução da trajetória de vida das lideranças e do relato de suas experiências, é possível contribuir muito para a renovação dos estudos, até então, disponíveis no Brasil.

Por fim, mas longe de ser a menos importante, há a documentação produzida sobre a regulação de tais associações. Os instrumentos jurídicos criados com o fim de regulamentar o funcionamento do associativismo mutualista dizem muito sobre o reconhecimento do papel social das associações pela opinião pública, bem como acerca das expectativas que o Estado tinha sobre elas. As leis e os decretos expressam valores, normatizam comportamentos usuais ou desejados e expressam aspirações futuras. Conhecer a regulação também auxilia a entender a lógica dos demais conjuntos documentais disponíveis.

Se levarmos em consideração a diversidade de fontes possíveis de serem pesquisadas, o volume parece grande. Mas devemos destacar que, à exceção das documentações completas produzidas e guardadas pelas próprias mutuais, as demais podem ilustrar pouco sobre as diferenças existentes entre elas. É necessário que tenhamos muito cuidado com generalizações, dadas a complexidade e a diversidade do fenômeno.

---

<sup>9</sup> Embora a exigência encerrasse-se, em 1882, podem ser encontradas referências às associações até o ano de 1887. A documentação consta de 485 registros, relativos a 310 associações diferentes. Ressaltamos que, entre elas, há algumas modalidades associativas que não podem ser, propriamente, caracterizadas como mutuais, a exemplo das irmandades, das instituições filantrópicas, entre outras. JESUS, Ronaldo Pereira de. *Mutualismo e desenvolvimento econômico no Brasil do século XIX. Observatorio Iberoamericano del Desarrollo local y la Economía social*. Vol. 1, 2007.

## AS ABORDAGENS

No que concerne à historiografia brasileira, o fenômeno do mutualismo, até os anos 1990, era estudado a partir de sua vinculação ao movimento sindical. Visto como um protossindicalismo ou como uma prática militante reformista, o tema era marginalmente abordado, apesar da importância que tais organizações tinham para seus contemporâneos.

É interessante que destaquemos que, nesse mesmo período, a maior parte da bibliografia produzida, no exterior, sobre o tema, não fazia essa vinculação, o que atesta que os autores deste viés ou não conheciam tais abordagens ou achavam que, no Brasil, as experiências teriam tido caráter excepcional.

É possível supor que essa visão acerca do mutualismo derivava da incorporação de valores, por parte dos historiadores, nem sempre muito empáticos a uma modalidade de organização social que se espalhava entre os trabalhadores, mas que não tinha, necessariamente, compromissos com a resistência contra os abusos do capital. As mutuais, ao contrário, poderiam inclusive atuar na amenização dos conflitos interclassistas, ao garantir aos associados uma proteção extrassalarial, em períodos adversos, em geral, propícios à manifestação de conflitos de interesses<sup>10</sup>.

Por essa razão, a associação entre mutualismo e reformismo é tradicional na bibliografia produzida sobre o tema. No entanto, alguns trabalhos recentes têm reivindicado, para o fenômeno mutualista, uma contribuição mais ativa no processo de formação da classe trabalhadora. Tais estudos se fundamentam, sobretudo, nas análises de Thompson, que conferiu às experiências mutualistas um papel destacado no longo processo de formação dessa mesma classe na Inglaterra<sup>11</sup>.

Pensamos que, apesar do argumento parecer convincente, tal abordagem deva ser antecedida de uma discussão prévia acerca da pertinência do uso de referências classistas para o estudo do mutualismo. Não se trata de negar a existência de classes, mas de repensar seu potencial analítico para o entendimento desse fenômeno associativo, que proliferou no Brasil entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Sabemos que o conceito de classe passou a ser usado pelos historiadores e pelos demais cientistas sociais a partir do advento da sociedade industrial, marcada

---

<sup>10</sup> A mudança desse paradigma de análise resultou de uma primeira pesquisa, empiricamente, mais fundamentada e, especificamente, voltada para o tema do mutualismo. Trata-se do trabalho de Tânia Regina de Luca. LUCA, Tânia R. de. *O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto, 1990.

<sup>11</sup> THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, Vol 2, p. 32.

pelos inúmeros conflitos ocorridos entre trabalhadores e patrões<sup>12</sup>. A tradição sociológica expressou a contraposição entre esses interesses como manifestações de identidades classistas. Tais identidades não só teriam contribuído para a formação de uma consciência de classe, bem como teriam se expressado no cotidiano operário fora da fábrica, como nos lembrou, em momentos distintos, Halbwachs e Bordieu<sup>13</sup>.

Tradicionalmente, os historiadores e os cientistas sociais têm lido os movimentos sociais como expressão de interesses classistas. Mas, muitas vezes, tais movimentos refletem um conjunto de outros interesses que pouco ou nada têm a ver com a posição dos trabalhadores no mercado. É o caso dos movimentos comunitários (sociedades de bairros), de gênero, étnicos, entre outros. Neles, encontram-se reunidos setores médios, trabalhadores fabris, desempregados ou subempregados, patrões, entre outros setores sociais. Para esses movimentos, a categoria classe explica pouco. A construção de identidades desses grupos processa-se através de outros critérios, que vão além do seu papel no sistema produtivo. Não seria esse o caso das mutuais?

Dessa forma, interessa-nos saber se, no estudo do mutualismo, o conceito de classe contribui para o entendimento de tais experiências ou, ao contrário, impõe mais dificuldades para a análise. A complexidade do fenômeno mutualista incita-nos a pensar sobre as motivações que levavam milhares de trabalhadores a investir na organização e na manutenção dessas instituições ao longo de sucessivas décadas. Em estudos anteriores, destacamos a importância dos laços de reciprocidade e de solidariedades horizontais que envolviam as relações dos sócios entre si e deles com as lideranças<sup>14</sup>. Silva Júnior realçou a predominância dos interesses privados como elementos aglutinadores dos indivíduos nessas associações, muito embora admita a hipótese – em nosso entendimento difícil de ser comprovada – de que tais estratégias poderiam tornar-se públicas<sup>15</sup>.

Parece haver um consenso entre os estudiosos recentes sobre o tema de que as mutuais não se constituíram em espaços de resistência dos trabalhadores contra os abusos do capital. Tão logo os estudos romperam com a ideia de que as mutuais antecederam as organizações sindicais, revelando que o sindicalismo e o mutualismo

---

<sup>12</sup> DUBET, François. Integração: Quando a sociedade nos abandona. In: Balsa, Casimiro, Boneti, Lindomar W. e Soulet, Marc, H. (Orgs.) *Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

<sup>13</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006. e BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996.

<sup>14</sup> VISCARDI, Cláudia M. R. As experiências mutualistas de Minas Gerais: um ensaio interpretativo. In: ALMEIDA, Carla M. C. de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Nomes e...* op. cit. e VISCARDI, Cláudia M. R. *Experiências da...* op. cit.

<sup>15</sup> SILVA JR., Adhemar L. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas*. Estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940. Porto Alegre. Programa de Pós-Graduação em História da PUC, (Tese, doutorado em História), 2005.

foram fenômenos contemporâneos, tornou-se patente que, caso os trabalhadores quisessem resistir, escolheriam associar-se aos sindicatos e não às mutuais. Dessa forma, é possível que os contemporâneos do fenômeno não o vissem como um espaço de manifestação de interesses de classe, mas apenas como *locus* de proteção social, mesmo que mínimo, na ausência de políticas sociais.

O fato de as mutuais não terem como propósito a luta política em favor dos trabalhadores não implica que estivessem indiferentes às mesmas. Apesar de as mutuais poderem ser dirigidas por setores médios ou por membros de camadas superiores, a maior parte de seus sócios era composta por trabalhadores simples e empobrecidos. Por essa razão, algumas mutuais envolveram-se na luta operária, apoiaram greves, cederam seus espaços para as sociedades de resistência, compareceram nos congressos operários, comemoraram o primeiro de maio e, em alguns momentos, tornaram-se, inclusive, sindicatos. Mas tal envolvimento não era uma prerrogativa do mutualismo e não ocorreu na maior parte das associações.

Temos observado que os estudiosos de mutuais especificamente organizadas em torno de categorias profissionais têm tido mais dificuldade em perceber essas diferenças de identidade organizacional. Já os que se dedicam às mutuais étnicas ou àquelas que não requeriam um determinado tipo de sócio (mutuais gerais), acabam por ter uma abordagem menos relacionada à contribuição das mutuais para a formação de uma classe trabalhadora no Brasil. As mutuais por categoria profissional tendiam a ter um maior envolvimento com os sindicatos, até porque compartilhavam das mesmas bases. O mesmo não ocorria com outras modalidades de mutuais.

Ao mesmo tempo, as mutuais, diferentemente dos sindicatos, não se estruturavam sobre bases igualitárias. Os estatutos apontam para a hierarquização entre as lideranças e as bases dos sócios. Em geral, havia os sócios comuns, os beneméritos, os remidos e outras variações que implicavam em uma escala de valores entre aqueles que contribuía com o fim de obter socorros pré-pactuados e aqueles que contribuía em razão de outros interesses, mesmo que não precisassem demandar recursos, porque eram bem aquinhoados. Em geral, esses sócios ilustres exerciam a liderança das mutuais ou exercia poder sobre elas. Tal heteronomia implicava no fortalecimento de relações paternalistas ou verticalizadas, que em nada contribuía para a formação de uma “classe trabalhadora”.

Ao mesmo tempo, as mutuais eram sociedades que recrutavam sócios através de critérios de exclusão. Desempregados, subempregados, trabalhadores sazonais, entre outros não podiam participar, mesmo sendo as mensalidades modestas. O mesmo era válido para aqueles que apresentavam algum problema prévio de saúde ou para os que haviam sido condenados pela justiça. As mulheres eram também excluídas da maior parte das mutuais, bem como os muito jovens ou os muito idosos – mesmo

sendo trabalhadores. Ressaltamos que estamos a nos referir à maioria das associações e não a casos isolados. Havia outras que excluía com base em nacionalidades ou em critérios regionais (sociedades baianas, mineiras, etc.). Existiam mutuais que limitavam seus sócios à determinada profissão ou a um local específico de trabalho. Ou seja, eram organizações que, embora se vissem como fraternais, reforçavam muitos critérios de exclusão. Tal realidade também não contribuía para o processo de formação de classe.

Mesmo com a existência de tantas exclusões e tantas diferenciações internas entre os sócios, as mutuais esforçavam-se em omitir as diversidades através do reforço de valores como os da ajuda mútua, o da isonomia e o da fraternidade. Valores como os da competição, das diferenças sociais e étnicas, da masculinidade, entre outros não eram reforçados pelo discurso, mas, sim, pela prática cotidiana das mesmas.

Não é inovador reconhecer que as mutuais eram entidades multiclassistas e que, por essa razão, podem ter contribuído mais para a formação de identidades interclasse do que intraclasse. Dessa forma, ao invés de fortalecerem o acirramento da luta de classes, prestavam um serviço para a amenização desses conflitos<sup>16</sup>.

Diante desse quadro, podemos afirmar que as mutuais eram compostas por diferentes categorias sociais, hierarquizadas e diferenciadas entre si, que atuavam no reforço de valores excludentes e que promoviam a cooperação entre diferentes setores sociais. Por essas razões, o papel do mutualismo no processo de formação da “classe trabalhadora” é passível de questionamentos. Dessa forma, acreditamos que a categoria analítica “classe social” explique pouco a complexa dinâmica dessa modalidade de organização social, mesmo que seu uso limite-se a demonstrar o processo de formação dessa mesma classe.

Esse argumento encontra-se reforçado na análise das mutuais étnicas. Tais organizações foram engendradas atendendo a dois objetivos: o de prover socorros públicos aos estrangeiros que tivessem imigrado para o Brasil (função mais comum para a maioria das mutuais) e o de reforçar elos de identidade nacional entre seus membros (função mais comum entre as mutuais étnicas). Em ambos casos, a categoria classe é, igualmente, dispensável para o entendimento de tal modalidade.

A literatura antropológica informa-nos que o processo de construção de identidades se dá a partir do reforço de valores homogêneos entre os pares e do estabelecimento de fronteiras de um grupo em relação aos que dele estão fora.

---

<sup>16</sup> CLAWSON, Mary. *Constructing brotherhood: class, gender, and fraternalism*. New Jersey: Princeton University Press, 1989, pp. 89-96.

Nas palavras de F. Barth, “Assim, a persistência de grupos étnicos em contato implica não apenas a existência de critérios e sinais de identificação, mas também uma estruturação das interações que permita a persistência de diferenças culturais”<sup>17</sup>.

Nesse sentido, as mutuais étnicas definiam-se por meio do reforço de elos comuns – mesmo que criados ou recriados no Brasil – e do estabelecimento de diferenças em relação a outros grupos, estrangeiros ou nacionais. A composição de sua identidade processava-se através de mecanismos fraternalistas endógenos e da exclusão de elementos exógenos. Ao mesmo tempo, tais associações reiteravam o interesse de ter como sócios membros ilustres, investiam nas relações com cônsules e com embaixadores e se utilizavam de referências da terra natal para fundamentar seu lazer e suas festividades. Nesse caso, a composição de uma identidade classista era abandonada em prol do reforço de uma identidade étnica.

Por essas razões, com base nos trabalhos produzidos sobre o tema, é muito difícil percebermos, empiricamente, a eventual contribuição que as mutuais possam ter tido para a formação de uma classe trabalhadora. Em geral, essa afirmação é apresentada como um postulado, ou seja, uma afirmação que é aceita como condição prévia, independente da necessidade de comprovação científica. Acreditamos, então, que a categoria classe social não nos ajuda a entender a complexidade das experiências mutualistas. Ao contrário, reduz muito os objetivos de tais associações e as expectativas de milhares de sócios, que investiram tanto na organização e na manutenção de tais organismos.

Há trabalhos recentes, no entanto, que têm realçado a contribuição do movimento de associação mutualista para a formação de uma cultura cívica<sup>18</sup>, de uma cultura associativa<sup>19</sup> ou mesmo para a expansão da cidadania<sup>20</sup>.

A ideia de que a expansão do mutualismo foi importante para a construção de uma comunidade cívica foi realçada por Robert Putnam, quando analisou o caso italiano. Para Putnam, o norte da Itália – região que concentrou os processos de urbanização e de industrialização – vivenciou, em maior quantidade, as experiências associativas, entre elas, a do mutualismo. Tal associativismo teria contribuído para a formação de uma opinião pública mais ilustrada que, por sua vez, atuaria na formação de uma cultura cívica, capaz de contribuir com avanços democráticos na região. Tais

---

<sup>17</sup> BARTH, Fredrik. *O guru iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra-capá, 2000, p. 35.

<sup>18</sup> PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 3ª ed., Rio de Janeiro: FGV, 2002. VISCARDI, Cláudia M. R. As experiências... op. cit.

<sup>19</sup> BATALHA, Claudio H. M. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Claudio H. M., SILVA, Fernando Teixeira da, e FORTES, Alexandre (Orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, Vol. 1, pp. 95-119.

<sup>20</sup> FONSECA, Vítor M. M. da. *No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916*. Rio de Janeiro: Faperj-Muiraquitã, 2008.

avanços implicaram, para o autor, na fragilização de relações de solidariedade verticais (tais como o paternalismo, o clientelismo) e no fortalecimento de solidariedades horizontais, fontes de relações mais isonômicas, autônomas e, porque não dizer, mais democráticas.

A comprovação empírica da vinculação entre a expansão do mutualismo e a composição de sociedades civis, mais ou menos, democráticas é difícil de ser realizada, mas podemos afirmar que o mutualismo, por propiciar uma autonomia maior ao trabalhador e por reforçar valores como o da respeitabilidade e o da disciplina, pôde contribuir para o fortalecimento de uma cultura cívica. No entanto, tal papel não pode ser superestimado, na medida em que outros valores – ainda muito presentes, no conjunto da cultura política brasileira, e reforçados pelas mutuais – tais como da masculinidade, da segregação étnica, das hierarquizações sociais, do paternalismo, entre outros, em nada contribuíram para o reforço da cultura cívica nos termos pensados por Putnam.

Certamente, a expansão de uma cultura associativa é um elemento fundamental para construção de uma esfera pública, capaz de impedir a colonização do mundo da vida pelo sistema, conforme as colocações de Habermas<sup>21</sup>. Mas esse processo, que ocorreu mais tardiamente no Brasil, não pode ser antecipado, anacronicamente, na leitura dos movimentos sociais do final do século XIX e das primeiras décadas do XX. No período de expansão do mutualismo, nossa cultura política ainda era, majoritariamente, pautada pelo coronelismo rural, pelo clientelismo urbano, por intensas desigualdades sociais, pela predominância do racismo pós-abolicionista, pela ampla desmobilização social, entre outras mazelas. A construção da cidadania trilhava seus primeiros passos. Sem eles, os outros não se seguiriam. Mas devemos levar em conta que tal tipo de mudança processou-se muito lentamente. Antecipá-la, em nada contribui para o entendimento da realidade em que viviam os contemporâneos do fenômeno.

---

<sup>21</sup> HABERMAS, Jürgen. *Structural transformation of the public sphere*. Cambridge: MIT Press, 1989, p. 82.

## Apêndice:

*Produção bibliográfica sobre o mutualismo no Brasil (por ordem cronológica)*

1. CONNIFF, Michael. Voluntary associations in Rio, 1870-1945. A new approach to urban social dynamics. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*. [s.c.]: [s.e.], Vol. 17, nº. 1, pp. 64/79 [s.m.], 1975.
2. VARGAS, Iolanda G. *História da sociedade espanhola de socorros mútuos*. Porto Alegre: PUC-RS, Dissertação de Mestrado em História da Cultura, 1979.
3. SILVA, Maria C. B. da C. *A sociedade Monte Pio dos Artistas: um momento do mutualismo em Salvador*. Salvador: FFCH, UFBA, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, 1981.
4. LUCA, Tânia R. de. *O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto, 1990.
5. LUCA, T. R. Imigracion, mutualismo e identidad: São Paulo (1890-1935). *Estudios migratorios latinoamericanos*. Buenos Aires: [s.e.], Vol. 10, nº. 29, pp. 191/207[s.m.], 1995.
6. KUSHNIR, Beatriz. *Baile de máscaras: mulheres judias e prostituição. As polacas e suas associações de ajuda mútua*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
7. LUCA, T. R. Mutualism in Brazil. In: LINDEN, Marcel Van der Linden. (Org.). *Social Security Mutualism: The comparative history of mutual benefit societies*. Berna: Peter Lang European Academic Publisher, 1996.
8. LUCA, T. R. As sociedades italianas de socorros mútuos em São Paulo. In: Luís A. Boni. (Org.). *A presença italiana em São Paulo*. 1ª ed. Porto Alegre/Torino: Fondazione Giovanni Agnelli/Escola Superior de Teologia, 1996, Vol. 2, pp. 383-400.
9. PETERSEN, Sílvia R. F. As associações beneficentes de socorros mútuos e a história do movimento operário. *Cadernos do ISP*. Pelotas: [s.e.], nº 11, pp. 255/345, dezembro de 1997.
10. BATALHA, Claudio H. M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL*. (Arquivo Edgard Leuenroth - IFCH/UNICAMP), Campinas: [s.e.], Vol. 6, nsº. 10-11, pp. 41-68, [s.m.], 1999.
11. BIONDI, Luigi. Sociedades italianas de socorro mútuo e política em São Paulo entre o século XIX e o século XX. In: *Travessia*. São Paulo: CEM, nº. 34, pp. 5/12, [s.m.], 1999.
12. FORTES, Alexandre. Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX. *Cadernos do AEL*. Campinas: UNICAMP, Vols. 10-11, pp. 171-218, [s.m.], 1999.
13. JESUS, Ronaldo Pereira de. Associações profissionais e beneficentes do Rio de Janeiro (1860-1889). *Diálogos*. Maringá: [s.e.], Vol. 3, nº. 3, pp. 191-212, [s.m.], 1999.
14. SILVA JR., Adhemar L. Condicionantes locais no estudo do socorro mútuo (Rio Grande do Sul: 1854-1889) In: *Locus, Revista de História*. Juiz de Fora: EdUFJF, Vol. 5, nº. 2, pp. 73-88 [s.m.], 1999.
15. SILVA JR., Adhemar L. Etnia e classe no mutualismo do Rio Grande do Sul (1854-1889). *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, Vol. XXV, nº. 2, pp. 147-74, [s.m.], 1999.
16. BIONDI, Luigi. *Entre associações étnicas e de classe: os processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo (1890-1920)*. Campinas: Programa de pós-graduação em História da UNICAMP. (Tese, doutorado em história), 2002.
17. SILVA JR., Adhemar L. Primeiros apontamentos sobre os grupos religiosos e sociedades de socorros mútuos. *Revista História Unisinos*. São Leopoldo: [s.e.], (6), pp. 185-217, [s.m.], 2002.
18. VISCARDI, Cláudia. M. R. As associações beneficentes de Juiz de Fora no pós-abolição. XIII Encontro Regional de História - ANPUH- MG, *Anais do XIII Encontro Regional de História - ANPUH - MG*. Juiz de Fora: Clidel Edições Eletrônicas, 2002, Vol. 1.

19. SILVA JR., Adhemar L. Estado e mutualismo no Rio Grande do Sul (1854-1940) IN: HEINZ, Flávio; HERRLEIN JR, Ronaldo. (Orgs.) *Histórias Regionais do Cone Sul*, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
20. SILVA JR., Adhemar Lourenço da. As sociedades de socorros mútuos étnicas e o mundo do trabalho: apontamentos bibliográficos. In: *V Congresso Internacional de Estudos Iberoamericanos*. Porto Alegre: 2003.
21. VISCARDI, Cláudia. M. R. Proteção e socorro: um estudo das associações mutualistas e beneficentes no pós-abolição. XXII Simpósio Nacional de História. *Anais do XXII Simpósio Nacional de História*. João Pessoa: Associação Nacional de História e Universidade Federal da Paraíba, 2003, Vol. 1.
22. BATALHA, Claudio H. M. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da.; FORTES, Alexandre. (Orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. 1 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, Vol. 1, pp. 95-119.
23. VISCARDI, Cláudia M. R. Mutualismo e filantropia. *Locus; Revista de História*. Juiz de Fora: EDUFJF, Vol. 18, pp. 99-113, , [s.m.], 2004.
24. VISCARDI, Cláudia. M. R. Mutualismo e filantropia. In: XIV Encontro regional de História, 2004, Juiz de Fora. *Anais Eletrônicos do XIV Encontro Regional de História*. Juiz de Fora: Anpuh-MG, 2004, Vol 1, pp. 1-12.
25. SILVA JR., Adhemar L. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas*. Estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940. Porto Alegre: Programa de pós-graduação em história da PUC, Porto Alegre, (Tese, doutorado em história), 2005.
26. SILVA JR., Adhemar Lourenço da. O mutualismo de fechamento étnico no Rio Grande do Sul (1854-1940). *Métis* (UCS). Caxias do Sul: Vol. 4, nº. 8, pp. 127-157, [s.m.], 2005.
27. SILVA JR., Adhemar Lourenço da. Interesses espirituais e materiais nas sociedades de socorros mútuos. In: XXIII Simpósio Nacional de História. *Anais [do] XXIII Simpósio Nacional de História: história: guerra e paz*. Londrina: Mídia, 2005.
28. VISCARDI, Cláudia. M. R. Os vadios desamparados e suas elites beneméritas. XXIII Simpósio Nacional de História – ANPUH. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*. Londrina: Editorial mídia, 2005. Vol. 1, pp. 1-10.
29. FONSECA, Vitor Manoel Marques da. Associativismo português no Rio de Janeiro, 1903-1909. In: MARTINS, Ismênia de Lima; SOUSA, Fernando. (Orgs.). *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. 1 ed. Niterói: Muiraquitã, 2006, pp. 136-161.
30. JESUS, Ronaldo P. de. História e historiografia do fenômeno associativo no Brasil monárquico (1860-1887). In: ALMEIDA, Carla M. C. de.; OLIVEIRA, Mônica R. de. *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: EdUFJF, 2006.
31. JESUS, Ronaldo Pereira de. Mutualismo e desenvolvimento econômico no Brasil do século XIX. In: *XX Jornadas de História Económica*. Asociacion Argentina de Historia Económica. Mar del Plata: Universidade de Mar del Plata, 2006.
32. SILVA JR., Adhemar Lourenço da. Anarquismo, sindicalismo e sociedades de socorros mútuos. *VIII Encontro Estadual de História Caxias do Sul*: São Leopoldo: Oikos, 2006.
33. VISCARDI, Cláudia M. R. As experiências mutualistas de Minas Gerais: um ensaio interpretativo. In: ALMEIDA, Carla M. C. de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora, EdUFJF, 2006.
34. FONSECA, Vitor Manoel Marques da. Monumentos à imigração: as sedes das associações portuguesas no Rio de Janeiro, em inícios do séc. XX. In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia de Lima; PEREIRA, Conceição Meireles. (Orgs.). *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: Afrontamento, 2007, pp. 417-436.
35. JESUS, Ronaldo P. de. Associativismo no Brasil do século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades do Conselho de Estado – 1860-1890. *Locus, Revista de História*. Juiz de Fora, Ed. UFJF, Vol. 13, nº. 1, pp. 63-96, , [s.m.], 2007.

36. JESUS, Ronaldo Pereira de. Associações beneficentes de ex-escravos no Rio de Janeiro (1860-1889). In: *Congresso Internacional UFES / Université de Paris-Est (Marne-la-Vallé) e XVI Simpósio de História da Ufes*. Vitória: 2007.
37. JESUS, Ronaldo Pereira de. Mutualismo e desenvolvimento econômico no Brasil do século XIX. *Observatorio Iberoamericano del Desarrollo local y la Economía social*, Vol. 1, pp. 473-504, 2007.
38. NOMELINI, Paula C. B. *Associações Operárias Mutualistas e Recreativas em Campinas (1906-1930)*. Campinas: Programa de pós-graduação em história da UNICAMP, (Dissertação, mestrado em história), 2007.
39. SILVA JR., Adhemar Lourenço da. Os custos da associação (sociedades de socorros mútuos no Rio Grande do Sul). In: *Congreso Latinoamericano de Historia Economica; 4as Jornadas Uruguayas de Historia Economica*. Montevideo: Gega Muntimedios, 2007, pp. 1-16.
40. CASTELUCCI, Aldrin A. S. Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República. Salvador: Programa de pós-graduação da UFBA, (Tese, doutorado em História), 2008.
41. FONSECA, Vítor M. M. da. *No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916*. Rio de Janeiro: Faperj-Muiraquitã, 2008.
42. NOMELINI, Paula C. B. Um estudo sobre as associações operárias mutualistas em Campinas (1906-1930). *Revista História Social*. Campinas: [s.e.], ns.º 14-15, pp. 83-99, [s.m.], 2008.
43. VISCARDI, Cláudia M. R.; JESUS, Ronaldo P. de. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge.; REIS, Daniel A. (Orgs.). *As esquerdas no Brasil: a formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Vol. 1, cap. 1, 2008.
44. VISCARDI, Cláudia M. R. Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880). *Topoi, Revista de História*. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 7 Letras, Vol. 9, nº. 16, pp. 117-136, [s.m.], 2008.
45. FONSECA, Vitor Manoel Marques da. Beneficência e auxílio mútuo no associativismo português: Rio de Janeiro, 1903-1920. *Migrações*: Vol. 5, pp. 223-237, [s.m.], 2009.
46. FONSECA, Vitor Manoel Marques da. Associações portuguesas no Rio de Janeiro: aspectos sociais e financeiros em 1912. In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda. (Orgs.). *Nas duas margens: portugueses no Brasil*. Porto: Afrontamento, 2009, pp. 249-268.
47. JESUS, Ronaldo Pereira de. *Visões da monarquia: escravos, operários e abolicionismo no Corte*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.
48. LEUCHTENBERGER, Rafaela. *O Lábaro protetor da classe operária. As associações voluntárias de socorros mútuos dos trabalhadores em Florianópolis - Santa Catarina (1886-1932)*. Campinas: UNICAMP, (Dissertação, mestrado em história), 2009.
49. VISCARDI, Cláudia. M. R. As relações públicas e privadas: mutualismo e filantropia no Brasil. *Anais do XXIX Encontro da Associação Portuguesa de História Econômica e Social*. Porto: 2009.
50. VISCARDI, Cláudia M. R. Estratégias populares de sobrevivência: o mutualismo no Rio de Janeiro Republicano. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: [s.e.], Vol. 29, nº. 58, pp. 291-315, [s.m.], 2009.

Recebido em 20/06/2010

Aprovado para publicação em 30/07/2010